

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 16.

As instituições e políticas de propriedade industrial (PI) têm implicações significativas para o desenvolvimento nacional em áreas distintas, como: os investimentos estrangeiros diretos, a produção e a disseminação de tecnologias digitais de informação e comunicação, a produção agrícola, a segurança alimentar, o acesso a medicamentos e à saúde pública, e a proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais. Contudo, a autonomia do Estado brasileiro e sua gama de opções para a proteção da PI é em grande medida limitada por compromissos firmados em acordos internacionais, sobretudo pelo Acordo sobre Aspectos dos Direitos de PI Relacionados ao Comércio (TRIPS, em inglês), em vigor desde janeiro de 1995.

Embora a proteção dos direitos de PI ocorra em âmbito nacional, o TRIPS estende e especifica obrigações relativas ao escopo, ao objeto e à duração desta proteção. Ao integrar o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, em inglês), o acordo assegura que os mecanismos de resolução de controvérsias e sanções da Organização Mundial do Comércio (OMC) sejam aplicados à proteção da PI. Apesar de ser o principal acordo internacional sobre os direitos de PI, o TRIPS não é o único. Pelo contrário, diversos outros acordos sobre a PI compõem um arcabouço jurídico internacional altamente complexo e fragmentado. Notadamente, tais acordos foram criados com finalidades e em períodos históricos distintos e muitas vezes não abordam prioritariamente a governança da PI, mas, por exemplo, a do comércio ou a da biodiversidade.

O Brasil, como outros países em desenvolvimento, vê inconsistências entre o TRIPS e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), com implicações importantes para o combate à biopirataria e a proteção do patrimônio biológico. A principal apreensão dos países em desenvolvimento é que o TRIPS não exige que requerentes de patentes incorporem material genético ou conhecimentos tradicionais ao cumprimento das obrigações acordadas na CDB. Exigências de consentimento prévio da parte provedora e dos conhecimentos associados, bem como da repartição justa e equitativa, estão ausentes em TRIPS. Ademais, o TRIPS torna obrigatória a patenteabilidade de micro-organismos, enquanto a CDB estipula que os países são soberanos para decidir sobre a proteção dos recursos genéticos presentes em seu território, incluindo micro-organismos.

Internet: <repositorio.ipea.gov.br> (com adaptações).

Em relação às ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Infere-se do texto que a soberania e a autonomia política do Estado brasileiro para regular a propriedade industrial e proteger o seu patrimônio biológico são mitigadas pelas obrigações impostas por acordos comerciais internacionais.
- 2 O uso da enumeração, ao listar áreas vitais para o desenvolvimento do País, reforça a relevância do texto, inferindo-se que aquilo a ser defendido não se restringe a uma questão de patente.
- 3 As antinomias entre as regras de propriedade industrial internacionais e as salvaguardas socioambientais nacionais resultam em um arcabouço harmônico e complementar, no qual as regras comerciais do TRIPS passam a exigir o cumprimento das diretrizes da CDB, solucionando os vazios jurídicos que alimentam a biopirataria.
- 4 Depreende-se do trecho “com implicações importantes para o combate à biopirataria e a proteção do patrimônio biológico.” que tais implicações são positivas para o Brasil.
- 5 A impessoalidade do texto e o uso de termos técnicos, como “patenteabilidade”, reforçam a formalidade linguística.
- 6 Infere-se das ideias do texto que os autores criticam a propriedade intelectual, sobretudo, no âmbito da biologia e da genética.

A respeito dos aspectos linguísticos e do vocabulário empregado no texto, julgue os itens seguintes.

- 7 No trecho “e a proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais.”, a repetição das preposições “da” e “dos” é necessária para manter o paralelismo sintático.
- 8 O período “Embora a proteção dos direitos de PI ocorra em âmbito nacional, o TRIPS estende e especifica obrigações relativas ao escopo, ao objeto e à duração desta proteção.” é formado tanto por oração subordinada quanto por orações coordenadas.
- 9 Seriam mantidos o sentido original do texto e a correção gramatical, se o particípio “firmados”, no trecho “é em grande medida limitada por compromissos firmados em acordos internacionais.”, fosse substituído pela oração adjetiva **que se firmou**.
- 10 A forma verbal “estão”, em “Exigências de consentimento prévio da parte provedora e dos conhecimentos associados, bem como da repartição justa e equitativa, estão ausentes em TRIPS.”, estabelece concordância com o núcleo de seu sujeito: TRIPS.

- 11 No trecho “o TRIPS estende e especifica obrigações relativas ao escopo, ao objeto e à duração desta proteção.”, são núcleos dos complementos nominais de “relativas”: “escopo”; “objeto”; “duração”; e “proteção”.
- 12 As orações iniciadas por “embora”, em “Embora a proteção dos direitos de PI ocorra em âmbito nacional, o TRIPS estende e especifica obrigações relativas ao escopo, ao objeto e à duração desta proteção.” e por “apesar de”, em “Apesar de ser o principal acordo internacional sobre os direitos de PI, o TRIPS não é o único.”, estabelecem a mesma relação de concessão.
- 13 A vírgula antes de “em vigor desde janeiro de 1995”, no trecho “a autonomia do Estado brasileiro e sua gama de opções para a proteção da PI é em grande medida limitada por compromissos firmados em acordos internacionais, sobretudo pelo Acordo sobre Aspectos dos Direitos de PI Relacionados ao Comércio (TRIPS, em inglês), em vigor desde janeiro de 1995.”, é facultativa.
- 14 No trecho “enquanto a CDB estipula que os países são soberanos para decidir sobre a proteção dos recursos genéticos presentes em seu território, incluindo micro-organismos.”, a retirada da preposição “sobre” não alteraria as relações semânticas e sintáticas da sentença.
- 15 Em “não exige que requerentes de patentes incorporem material genético” e em “a CDB estipula que os países são soberanos”, o termo “que” é classificado como conjunção integrante.
- 16 O período “A principal apreensão dos países em desenvolvimento é que o TRIPS não exige que requerentes de patentes incorporem material genético ou conhecimentos tradicionais ao cumprimento das obrigações acordadas na CDB.” poderia ser reescrito, preservando-se a correção gramatical e as ideias originais do texto, da seguinte forma: **A principal apreensão dos países em desenvolvimento reside na ausência de exigência, por parte do TRIPS, para que os requerentes de patentes incorporem material genético ou conhecimentos tradicionais a observância da CDB.**

Antes do início de uma audiência, 5 advogados, entre eles Oswaldo e Paula, aguardavam a definição da ordem das sustentações orais.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 O número de ordens possíveis para as sustentações é igual a 120.
- 18 O número de ordens possíveis para Oswaldo realizar a sua sustentação antes de Paula é igual a 24.
- 19 O número de ordens possíveis para Oswaldo realizar a sua sustentação imediatamente antes de Paula é igual a 48.

Em uma fase de grupos de um torneio de futebol, foram registradas as quantidades totais de gols em 72 partidas. Os dados foram organizados na tabela a seguir.

NÚMERO DE GOLS EM UMA PARTIDA	QUANTIDADE DE PARTIDAS
0	7
1	11
2	14
3	11
4	13
5	10
6	5
7	0
8	1

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20 A moda da quantidade total de gols por partida foi igual a 2.
- 21 A mediana da quantidade total de gols por partida foi igual a 3.
- 22 A média da quantidade total de gols por partida foi superior a 3.

Em um teste de digitação, uma pessoa escreveu a palavra QUADRIX 1 vez na primeira linha, 2 vezes na segunda linha, 3 vezes na terceira linha e assim sucessivamente, até a enésima linha, na qual escreveu essa palavra n vezes consecutivas.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 23 Na 5ª linha, foram escritas 35 letras.
- 24 A 1ª linha em que foram escritas mais de 100 vogais foi a 35ª linha.
- 25 Até a 4ª linha, foram escritas 70 letras ao todo.

Em uma feira, Dalila, Gael e Magali compraram, cada um, exatamente uma fruta. Sabe-se, então, que são verdadeiras as seguintes proposições: “Dalila comprou maçã ou Dalila comprou banana”; “Se Dalila comprou maçã, então Gael comprou uva”; “Se Dalila comprou banana, então Magali comprou pera”; e “Gael não comprou uva”.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 26 Dalila comprou banana.
- 27 Magali comprou pera.
- 28 A negação da proposição “Se Dalila comprou maçã, então Gael comprou uva” é “Se Gael não comprou uva, então Dalila não comprou maçã”.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Com relação aos conceitos de hardware, à ferramenta de comunicação Google Meet e ao sistema operacional iOS, julgue os itens a seguir.

- 29 A memória RAM (*Random Access Memory*) é classificada como um hardware do tipo memória primária, volátil e de leitura e escrita, sendo responsável por armazenar temporariamente os dados e os programas que estão em execução no computador.
- 30 O conceito de software abrange tanto os programas aplicativos quanto os sistemas operacionais, sendo estes últimos essenciais para gerenciar os recursos de hardware e fornecer uma interface para o usuário.
- 31 A funcionalidade nativa de gravação de reuniões no Google Meet está disponível de forma irrestrita para todos os usuários, independentemente de possuírem contas gratuitas ou corporativas (Google Workspace), sendo salva diretamente no Google Drive.
- 32 Os links gerados para videochamadas no Google Meet expiram imediatamente após a conclusão do evento agendado, não podendo ser reaproveitados para reuniões futuras.
- 33 O mecanismo de segurança nativo do iOS conhecido como App Sandboxing garante que cada aplicativo seja executado em seu próprio ambiente isolado, impedindo que um aplicativo acesse ou modifique dados gerados por outro aplicativo ou pelo próprio sistema operacional sem autorização explícita do usuário.
- 34 No iOS, por padrão, quando o usuário desinstalar um aplicativo, todos os dados associados a esse aplicativo permanecerão armazenados no aparelho e serão restaurados automaticamente, mesmo que o aplicativo seja instalado novamente meses depois.

No que se refere ao Microsoft Outlook, ao Google Drive e à computação em nuvem, julgue os itens seguintes.

- 35 O Microsoft Outlook possui o recurso de Regras, que permite ao usuário configurar ações automatizadas para organizar e gerenciar a sua caixa de entrada, como mover, sinalizar ou responder e-mails com base em critérios definidos.
- 36 A tecla de atalho padrão utilizada no Microsoft Outlook para selecionar um grupo contínuo de mensagens na lista da caixa de entrada é a tecla **Ctrl**, enquanto a tecla **Shift** serve para selecionar mensagens aleatórias.

- 37 Quando o proprietário de um arquivo no Google Drive remove o compartilhamento de um documento que estava aberto para pessoas com permissão de Editor, todas as alterações feitas por elas nos dias anteriores são apagadas permanentemente do histórico do arquivo.
- 38 O Google Drive possui uma funcionalidade de acesso off-line que, quando ativada, permite ao usuário visualizar e editar arquivos localmente, mesmo sem conexão com a Internet, sincronizando as alterações assim que a conexão for restabelecida.
- 39 De acordo com o modelo de responsabilidade compartilhada para a segurança na nuvem, quando uma organização contrata um serviço de infraestrutura como serviço (IaaS), o provedor de nuvem assumirá a responsabilidade integral pela segurança dos dados armazenados, pela criptografia em trânsito e pelo gerenciamento de *patches* do sistema operacional convidado (*guest OS*), cabendo ao cliente apenas o desenvolvimento do código da aplicação.
- 40 Uma das grandes desvantagens da computação em nuvem em relação aos data centers tradicionais locais (on-premises) é a necessidade de investimentos financeiros iniciais elevados em despesas de capital antes de começar a utilizar os recursos, uma vez que o cliente precisa financiar preventivamente a aquisição das fatias de servidores virtuais que pretende ocupar.



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Em relação à ética no setor público, julgue os itens a seguir.

- 41 A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum.
- 42 A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, dissocia-se da vida particular do servidor público, de modo que os fatos e os atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não influem no bom conceito de sua vida funcional.
- 43 O cumprimento da legalidade pelo servidor público é suficiente para caracterizar uma conduta ética, ainda que a sua atuação despreze valores como honestidade, boa-fé, decoro e a busca do bem comum.

Quanto aos princípios fundamentais da Administração Pública, julgue os itens seguintes.

- 44 Ao instituir sistemas eletrônicos para a tramitação de processos administrativos, com redução de custos, eliminação de retrabalho e maior celeridade na prestação dos serviços públicos, os órgãos atuam em conformidade com o princípio da eficiência.
- 45 Em determinado procedimento administrativo, documentos podem permanecer sigilosos por serem imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, sem que isso configure violação ao princípio da publicidade.
- 46 Suponha-se que, ao analisar um pedido administrativo, um servidor tenha afirmado que tanto a Administração Pública, quanto os particulares somente podem praticar atos expressamente autorizados por lei, pois ambos submetem-se ao mesmo regime de legalidade. Nesse caso, o entendimento do servidor está correto.

No que diz respeito aos conceitos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 47 Suponha-se que, após auditoria, foi verificado que um servidor, por negligência grave, autorizou um pagamento indevido, que causou prejuízo ao erário. Nesse caso, é correto afirmar que ele responderá por ato de improbidade administrativa na modalidade culposa.
- 48 Suponha-se que, em uma ação por improbidade administrativa, comprovou-se a prática de ato doloso que violou princípios da Administração Pública, mas sem demonstração de danos ao erário. Nesse caso, é correto afirmar que a aplicação das sanções da Lei nº 8.429/1992 é inviável.
- 49 Suponha-se que um servidor tenha utilizado veículo oficial e determinou que subordinados executassem uma reforma em sua residência durante o expediente. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta desse servidor caracteriza ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.
- 50 A mera nomeação ou indicação política para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança não caracteriza ato de improbidade administrativa.

- 51 A sucessão *causa mortis* afasta a possibilidade de os sucessores responderem pelas consequências patrimoniais decorrentes de ato de improbidade administrativa praticado pelo autor da herança.
- 52 A perda da função pública decorrente de condenação por ato de improbidade administrativa alcança automaticamente todos os vínculos mantidos pelo agente com a Administração Pública, ainda que não guardem relação com a infração praticada.

Acerca dos conceitos de processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 53 O administrado tem o direito de ter ciência da tramitação dos processos em que tenha a condição de interessado, bem como de ter vista dos autos e de obter cópias de documentos neles contidos.
- 54 O direito de a Administração anular atos com efeitos favoráveis aos destinatários decai em 5 anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- 55 Suponha-se que, durante um processo administrativo instaurado por um órgão federal, um interessado tenha optado por apresentar a sua defesa sem a assistência de advogado. A autoridade competente declarou nulos todos os atos praticados em razão da ausência de defesa técnica. Nesse caso, é correto afirmar que a decisão da autoridade foi acertada.
- 56 Suponha-se que o dirigente de um órgão federal tenha delegado a um subordinado a competência para decidir recursos administrativos interpostos contra atos da própria unidade. Nesse caso, é correto afirmar que a delegação efetuada pelo dirigente encontra amparo legal.
- 57 Suponha-se que, após sofrer uma sanção em um processo administrativo federal, um particular interpôs recurso sem prestar caução. Na ausência de previsão legal específica, a autoridade recusou o conhecimento do recurso por falta de garantia. Nesse caso, a atuação da autoridade está correta.
- 58 Suponha-se que, surgindo fatos novos após a conclusão de processo administrativo de que resultou sanção, a Administração instaurou a revisão do processo. Nesse caso, é correto afirmar que é vedado o agravamento da sanção anteriormente aplicada, ainda que os fatos novos evidenciem maior gravidade da conduta.

Com relação à Lei de Acesso à Informação (LAI), julgue os itens seguintes.

- 59 A LAI tem como diretriz a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
- 60 Suponha-se que um cidadão protocolou pedido de acesso a documentos públicos sem informar os motivos da solicitação. Nesse caso, está correta a decisão do órgão de indeferir o pedido pela ausência de justificativa, sob o argumento de que era necessário avaliar a pertinência do requerimento.

- 61** Suponha-se que, após classificar determinado documento como secreto, um órgão público fixou um prazo máximo de restrição de acesso de 15 anos, contado da data de produção da informação. Nesse caso, a decisão está correta.
- 62** Suponha-se que, em resposta a pedido de acesso à informação, um órgão negou o fornecimento de documentos contendo informações pessoais relativas à intimidade de determinado agente público, esclarecendo que tais informações possuem acesso restrito por até 100 anos, independentemente de classificação de sigilo. Nesse caso, a decisão está correta.
- 63** Suponha-se que, recebido pedido de acesso à informação cuja resposta não poderia ser fornecida de imediato, um órgão comunicou ao interessado que responderia em até 20 dias, prazo prorrogável por mais 20 dias, mediante justificativa expressa do órgão, da qual o requerente seria cientificado. Nesse caso, a atuação do órgão está correta.
- 64** Suponha-se que, ao receber um pedido de acesso a documentos que versavam a respeito de condutas que implicaram violação de direitos humanos praticadas por agentes públicos, a Administração negou o acesso sob o fundamento de que os documentos estavam classificados como sigilosos. Nesse caso, a negativa de acesso está correta.

Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), julgue os itens a seguir.

- 65** A LGPD aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, inclusive quando efetuado em meios físicos, e não apenas nos meios digitais.
- 66** O consentimento do titular é requisito indispensável para todo e qualquer tratamento de dados pessoais, nos termos da LGPD.
- 67** Os dados anonimizados não são considerados dados pessoais para os fins da LGPD, salvo quando o processo de anonimização puder ser revertido, utilizando meios próprios, ou mediante esforços razoáveis.
- 68** A empresa pública exploradora de atividade econômica em regime concorrencial sujeita-se, na LGPD, ao regime das pessoas jurídicas de direito privado, salvo quando operacionalizar políticas públicas.
- 69** O titular dos dados pessoais pode revogar o consentimento mediante autorização judicial e por procedimento pago, uma vez iniciado o tratamento realizado pelo controlador.
- 70** Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, sendo autorizada, então, a conservação para finalidades como o uso exclusivo do controlador e sendo vedado o seu acesso por terceiro, desde que anonimizados os dados.



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação às teorias da administração e à administração geral, julgue os itens a seguir.

- 71** Segundo a teoria da burocracia, a autoridade tradicional baseia-se na legalidade das normas e na racionalidade dos procedimentos administrativos.
- 72** Suponha-se que, durante uma reunião, a gerência do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo (CRT) tenha traduzido os objetivos estratégicos definidos pela diretoria em programas e metas para cada setor. Nesse caso, é correto afirmar que essa atividade é própria do planejamento operacional.
- 73** Ao elaborar a análise SWOT, a equipe deverá listar a possível aprovação de uma nova resolução do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) favorável à atuação profissional como fator do ambiente externo, classificando-a como oportunidade.
- 74** No planejamento estratégico do CRT, a frase “ser reconhecido, até 2030, como referência nacional em fiscalização do exercício profissional” refere-se à missão da instituição.
- 75** Suponha-se que, ao reestruturar o seu organograma, o Conselho Regional tenha agrupado todos os profissionais de finanças em uma mesma área. Nesse caso, é correto afirmar que essa conduta é caracterizada como departamentalização funcional.
- 76** Segundo Herzberg, o salário e as condições físicas atuam como fatores higiênicos, cuja ausência gera insatisfação, mas cuja presença não é suficiente para motivação.
- 77** Para McGregor, a teoria X pressupõe indivíduos criativos que buscam assumir responsabilidades e novos desafios.
- 78** Suponha-se que um analista, ao investigar atrasos na emissão de carteiras, tenha levantado causas, avaliado consequências de cada solução e escolhido aquela de melhor custo-benefício. Nesse caso, é correto afirmar que essa conduta adotada foi compatível com o modelo racional de tomada de decisão.
- 79** Os sistemas de informação gerencial transformam dados operacionais em informações úteis para os gestores, contribuindo para o planejamento e para a tomada de decisão nos diversos níveis organizacionais.

Quanto à gestão de processos organizacionais, julgue os itens seguintes.

- 80** Para reduzir o tempo de emissão de carteiras, a equipe implanta a automação sem mapear o processo antes, pois mapear visa, prioritariamente, viabilizar a automação.
- 81** Cabe ao Conselho optar por analisar cada etapa da fiscalização isoladamente, o que é uma prática alinhada ao BPM, que busca justamente uma visão fragmentada dos processos.
- 82** Suponha-se que a fiscalização do CRT tenha identificado que a mesma documentação era analisada por duas comissões, o que gerava retrabalho. Nesse caso, é correto afirmar que tal procedimento é uma oportunidade para redesenhar o processo e aumentar a eficiência operacional.
- 83** Suponha-se que, ao avaliar o processo de emissão de carteiras profissionais, uma equipe tenha constatado que o tempo de atendimento foi reduzido de dez para cinco dias. Nesse caso, é correto afirmar que esse indicador é classificado como um indicador de eficácia.

No que diz respeito aos fundamentos da gestão de projetos, julgue os itens a seguir.

- 84** O ciclo de vida de um projeto contempla a iniciação, o planejamento, a execução, o monitoramento e o controle, além do encerramento.
- 85** O caminho crítico corresponde ao conjunto de atividades que apresenta maior folga total no cronograma.
- 86** Suponha-se que, no projeto de implantação de um novo sistema, uma equipe tenha identificado o risco de atraso na entrega e, dessa forma, decidiu por não tomar nenhuma ação, pois o impacto seria pequeno. Nesse caso, é correto afirmar que a estratégia adotada chama-se mitigação de riscos.

Acerca da gestão de pessoas nas organizações, julgue os itens seguintes.

- 87** O planejamento de recursos humanos busca alinhar a disponibilidade de pessoas às necessidades estratégicas da organização.
- 88** No Conselho Regional, a avaliação de desempenho anual é usada principalmente para definir os reajustes e as gratificações, sendo essa a sua finalidade principal.
- 89** Os conflitos organizacionais podem produzir efeitos positivos quando estimulam a inovação e a análise crítica de problemas.
- 90** Suponha-se que, em uma entrevista de emprego, o recrutador tenha utilizado um roteiro padronizado e perguntado ao candidato como ele lidou com um conflito em seu emprego anterior. Nesse caso, é correto afirmar que foi aplicada uma entrevista comportamental estruturada.
- 91** Suponha-se que um servidor com domínio técnico tenha sido promovido a coordenador, mesmo com pouca habilidade de comunicação. Nesse caso, é correto afirmar que a diretoria está fundamentada ao justificar que as *hard skills* se sobrepõem às *soft skills*.
- 92** Suponha-se que alguns servidores do CRT tenham avaliado, por questionário, a qualidade do material de um curso oferecido pela equipe de treinamento. Nesse caso, é correto afirmar que essa avaliação corresponde ao nível de resultados de Kirkpatrick.

Com relação à administração financeira e orçamentária, julgue os itens seguintes.

- 93** O valor presente líquido (VPL) considera o valor do dinheiro no tempo ao avaliar investimentos.
- 94** A liquidez corrente do CRT deve ser calculada pela divisão do patrimônio líquido pelo ativo total.
- 95** Suponha-se que o Conselho Regional tenha avaliado um investimento cujo VPL calculado tenha sido positivo em R\$ 250.000. Nesse caso, é correto afirmar que o resultado indica que o investimento tende a gerar retorno superior à taxa mínima de atratividade utilizada no cálculo.

Uma indústria vendeu o seu produto a R\$ 120, com custo variável unitário de R\$ 70 e custos fixos mensais de R\$ 100.000.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 96** O ponto de equilíbrio contábil da empresa será de 2.000 unidades vendidas.
- 97** A redução dos custos fixos, caso se mantenham os demais fatores constantes, tende a diminuir o ponto de equilíbrio da empresa.

Acerca da Administração Pública brasileira, julgue os itens a seguir.

- 98** Ao elaborar um parecer sobre a natureza jurídica do Conselho Regional, o setor jurídico pode afirmar que a entidade integra a Administração Direta, por exercer atividade de fiscalização profissional.
- 99** Ao criar um canal de denúncias e um código de conduta, o Conselho fortalecerá mecanismos de compliance, voltados à conformidade com as normas legais e éticas.
- 100** O governo eletrônico relaciona-se à informatização de processos internos, sem relação com os serviços prestados ao cidadão.
- 101** O princípio da eficiência exige resultados e otimização dos meios, sendo considerado implícito até sua posituação na Constituição.
- 102** A busca pela excelência nos serviços públicos pressupõe a orientação por resultados, sem implicar em transposição acrítica de modelos privados de qualidade.
- 103** Ao migrar para um modelo que se baseia em gestão por resultados, o CRT caracterizar-se-á pelo controle que se fundamenta nos meios e processos utilizados pelo gestor.
- 104** Em caso de resistência política para aprovar uma reforma no regimento interno, a diretoria do Conselho Regional corretamente avaliará que o obstáculo identificado diz respeito à sua capacidade de governança institucional, e não à sua governabilidade.

Quanto à gestão de contratos e convênios, julgue os itens seguintes.

- 105** A existência de contrato administrativo não elimina a necessidade de acompanhamento contínuo da execução contratual por agente formalmente designado.
- 106** O contrato de manutenção predial do Conselho Regional define o objeto, o prazo de vigência, as responsabilidades das partes e as penalidades por inadimplemento. Assim sendo, tais cláusulas constituem os elementos essenciais para a adequada execução contratual.
- 107** A aplicação de sanções administrativas em situações de flagrante pode acontecer diretamente, sem observar o procedimento que assegure ao contratado a oportunidade de manifestação e de defesa.
- 108** A apresentação de documentação incompleta na prestação de contas pode ser dispensada para a análise da execução do convênio, desde que o objeto tenha sido parcialmente executado.

- 109** O controle e o acompanhamento contratual possuem caráter preventivo e corretivo, podendo subsidiar decisões relacionadas à manutenção, à alteração, à sanção ou ao encerramento do ajuste.
- 110** Ao firmar um convênio para capacitação de servidores, o CRT corretamente formalizará o ajuste mediante instrumento, sem intuito lucrativo entre as partes envolvidas.
- 111** A cláusula relativa à vinculação ao instrumento convocatório e à proposta vencedora é considerada cláusula acessória, podendo ser suprimida sem prejuízo à validade do ajuste.

Um Conselho Regional celebrou um contrato administrativo de prestação de serviços, com vigência de 12 meses. Durante a execução, o fiscal do contrato identificou reiterado atraso na entrega dos serviços e descumprimento de cláusulas relativas à qualidade exigida.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 112** A rescisão unilateral do contrato pela administração, motivada pelo descumprimento de cláusulas contratuais pela contratada, configura modalidade de rescisão administrativa.
- 113** A multa aplicada à contratada não impede a rescisão unilateral, pois sanções podem ser cumuladas com a extinção do ajuste, se forem observados os requisitos.

A respeito da legislação do sistema CFT/CRTs, julgue os itens a seguir.

- 114** A Lei nº 5.524/1968 estabeleceu, em seu texto original, a obrigatoriedade de registro do técnico industrial em conselho profissional próprio.
- 115** O Decreto nº 90.922/1985, ao regulamentar a Lei nº 5.524/1968, restringiu-se a reproduzir, sem inovações, as atribuições profissionais já especificadas no texto legal.
- 116** O Decreto nº 4.560/2002 não revogou o Decreto nº 90.922/1985, apenas o alterou em pontos específicos, conforme indica a própria ementa do normativo.
- 117** A Lei nº 13.639/2018 criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas sob a forma de fundações públicas dotadas de autonomia administrativa e financeira.

Em relação à legislação específica, julgue os itens a seguir.

- 118** De acordo com a Resolução CFT nº 206/2022, o técnico industrial com cadastro ativo e regular pode contratar, representar ou associar-se a pessoas que estejam sob sanção disciplinar.
- 119** Quanto à Resolução CFT nº 207/2022, as representações, quando formuladas por escrito, deverão conter a identificação do representante e a narração dos fatos. Portanto, a indicação das provas a serem produzidas ocorrerá no momento da sindicância.
- 120** Com base na Resolução CFT nº 288/2025, o auto de infração é o documento emitido exclusivamente pelo fiscal, com descrição clara da conduta passível de punição por enquadramento da infração à legislação.